

Para além do mito do amor materno...

Todos aqueles que já tiveram a oportunidade de escutar puérperas em maternidades, puderam igualmente se deparar com casos de mães que explicitamente não queriam contato com seus filhos. O mal-estar e o desconforto que isso causa aos que escutam, talvez velem a percepção de que outras mães, embora não expressem isso abertamente, também não se sentem à vontade com aquele estranho ao seu lado. Para dar conta desse fenômeno, trabalharemos aqui dois conceitos psicanalíticos: o estranho (inquietante, infamiliar) e a ambivalência.

Catherine Mathelin, no seu livro, “O sorriso da Gioconda”, traz o relato que vem a reafirmar a dificuldade de lidarmos com essa ambivalência de amor e ódio na relação da mãe com seu bebê, um recorte atual, em que, somar-se-ia a essa ideia de que “[...] as peridurais de fato tornam o parto sem dor, o processo para nós é que o laço mãe-filho acha-se assim reforçado. As mães não sentem mais raiva dos seus filhos, não ficam mais agressivas nos primeiros dias podem amá-los imediatamente” (p. 13). Daí a ideia corriqueira de que aquelas mães que não demonstram amor e felicidade imediata em relação a seus filhos são anormais de alguma forma. Entretanto, pensamos que é preciso problematizar esse “pré-conceito”.

Usualmente, quando se discute a constituição do sujeito ou a relação mãe-bebê, tais aspectos (de sentimentos considerados “negativos”) são como que esquecidos, uma vez que, sustentado por um discurso social; o mito do “paraíso perdido”, termina por suprimir as inquietudes de uma relação atravessada pela realidade. Entretanto, basta lembrarmo-nos de que o estranho, aquilo que causa horror, é o que é mais próximo, o que foi familiar, aquele que marca o retorno do recalcado.

Sendo assim, o que teria sido recalcado nesses casos? Parece-nos que o mito do amor materno (ou paternal), de um amor incondicional, puro e com ares de beatitude e felicidade está de tal forma impregnado em nossos discursos que não admitimos com facilidade aquilo que contraria este mito. Resultado de um discurso bastante arraigado culturalmente e que, tal como a noção da sexualidade infantil, é custoso admitir.

Uma das grandes contribuições da psicanálise não foi justamente admitir uma certa ambivalência em todas as relações humanas? Que amor e ódio andam de mãos dadas, tal como sexualidade e agressividade, e que nenhum ser humano, marcado pela lei está isento dessas experiências?

Então como conciliar, por um lado, uma teoria que pressupõe uma mãe e um bebê engajados numa relação harmônica, em que trabalham juntos em prol de uma protoconversa, um diálogo estruturante e, por outro, o discurso de certas mães que admitem não gostarem desse papel, nem do próprio bebê em si? (Isto é, aquelas mães que são capazes de admitir para si próprias e para outros?).

Se admitirmos uma narrativa dessa natureza, de que o sujeito se constitui no contato com esse Outro/outro, como, por exemplo, a da improvisação materna descrita por Jean-Michel Vivès, de que forma articulamos isso com esses sentimentos de rancor, ódio e mal-estar das mães sem tomar isso como uma forma de patologizar essas vivências? Se pressupomos que são sentimentos vividos por todas, mas nem sempre expressos, necessariamente precisamos levar em conta tais experiências como algo esperado, normal ou típico.

Vivès fala sobre os três tempos lógicos que resultariam na improvisação materna. A suposição, que diz respeito à suposição de sujeito feita pela mãe ao seu bebê, coloca-o no lugar de sujeito desejante (vir-a-ser). O duo, mais do que uma díade, fala de uma construção musical em comum em que o ritmo e a melodia tem papel

fundamental na relação entre a mãe e seu bebê. E o endereçamento, que seria um questionamento materno que convoca o sujeito à advir, privilegiando a linguagem em detrimento da vocalização.

É a partir desses três tempos que se constitui a improvisação materna, que implicaria numa relação de surpresa e prazer, numa troca jubilatória em que gozam ambos os lados, a mãe com seu bebê, e o bebê com sua mãe. Nessa perspectiva, bebê e mãe são parceiros com partes iguais em jogo, sendo importante a resposta de um para o outro. Mesmo sendo esses três tempos marcados a partir do improvisado materno, o bebê também se apresenta ativo para, nessa operação, conseguir se constituir enquanto sujeito barrado, atravessado pela lei.

Em seu livro, “Variações psicanalíticas sobre a voz e a pulsão invocante”, Vivès diz que “[...] só um ambiente capaz de improvisar, isto é, de reinventar com e para o *infans* o dom da fala, pode introduzir a criança na ordem simbólica, nas leis da linguagem, sem que essa lei seja uma lei louca. Isso supõe que o ambiente da criança esteja apto não apenas a ouvir um grito e a interpretá-lo como demanda, mas, também a dar uma resposta singular, na qual se lerão surpresa e prazer” (p. 34).

Talvez precisemos fazer circular mais as reflexões de mães, puérperas, gestantes e nuligestas sobre não somente suas experiências, mas sobretudo a respeito de suas fantasias e sobre o impacto de uma criança em suas vidas. Retomar a ideia psicanalítica clássica de que podemos lidar com nossos sintomas falando. O bebê, por sua vez, é capaz de resistir e lidar com a ambivalência materna tal como a mãe, de suportar o amor voraz dele. É nesse sentido que pensamos que suportar a ambivalência como uma parte da relação mãe-bebê é uma condição *sine-qua-non* para constituição psíquica desse sujeito a advir e da mulher como mãe.